



Conjuntura Cafeeira

PLÍNIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE



FIRMEZA NA EXECUÇÃO DO ESQUEMA CAFEIRO

Nós nos habituamos à explicação oficial de que a baixa dos preços ultimamente verificada e o funcionamento ainda não satisfatório do esquema cafeeiro se devam a manobras especulativas do comércio do café.

Eletivamente não devemos condenar o comércio por não estar colaborando com o governo para a sustentação dos preços em níveis de estabilização. A tendência do mercado é de baixa em face da expectativa agora segura de safra com excedentes para o próximo ano. Não podemos evitar que na curva eletiva dos preços do café deixe de influir decisivamente a curva prevista para um futuro de superprodução.

Em trabalho recente, o Departamento de Café da Rural demonstrou a queda mais sensível do preço do café no varejo norte-americano, do que no atacado, o que vale dizer opera-se uma redução sensível no volume das luras do torrador. Pode-se esperar que a indústria americana do café observe também essa diminuição de proveito? Claro que não, ela procura transferir esse prejuízo, totalmente ou pelo menos em grande parte para a produção mediante uma baixa mais sensível do café crú.

Essa compensação de defesa do torrador pressionando o mercado do café verde para reajustamento em níveis de preço mais baixos, repercute muito sensivelmente no mercado brasileiro dada a já acentuada concentração do comércio exportador em mãos das firmas torradoras.

Até quando pode se prolongar esse desinteresse pelos nossos cafés?

Desaparecerá logo que se convença o comércio da efetiva disposição do governo em executar com firmeza a nova política de café. E a execução do esquema, em vista da estagnação do mercado para os cafés da safra nova, se reduz a uma só medida, a de compra do produto por parte do I.B.C.

Quanto mais comprar e quanto mais rapidamente comprar — melhor. Cria logo a segurança da aplicação integral do plano, que se torna indispensável para vencer a opatia a que se entregou, como artigo de luta, o comércio exportador no nosso país.

Há, na atitude de retração da procura das mais poderosas firmas que operam no nosso mercado, uma grande limitação, que consiste na redução sensível dos estoques de café em seu poder nos Estados Unidos, em cerca de 1,0 milhão de sacas de Maio a Agosto, e que se encontram no momento em níveis abaixo das normais. As necessidades imediatas de consumo nos Estados Unidos exigem, por certo, a importação de maior volume de cafés brasileiros.

Por isso, é que não acreditamos que se prolongue por muito tempo a retração no mercado desses firmões, sobretudo se o I.B.C. estender seu processo de compra para a área de produção, onde, inicialmente, não hoje perdura a desconfiança da incapacidade do governo de executar integralmente o plano.

A IMPORTAÇÃO DE CAFÉ NOS ESTADOS UNIDOS

O café é o principal produto de exportação de numerosos países da América Latina, inclusive o Brasil. O comércio de café é, por sua vez, um dos mais volumosos comércios internacionais, e cujo valor é insuperável em relação a qualquer outro produto de origem vegetal.

Constitui o café a «bebida nacional» dos americanos, os quais consomem cerca de 60% de sua produção mundial. Na pauta das importações dos Estados Unidos, ocupa, como primeiro item em valor, a compra daquele produto. De janeiro a julho de 1957, relacionamento com o mesmo período de vários outros anos, foi o seguinte o movimento comercial dos americanos para a rubrica:

IMPORTAÇÕES :	1957	1956	1955	1954
Verde (libras)	1.591.649.361	1.760.343.933	1.291.206.093	1.500.799.668
(sacas)	12.032.790	13.308.112	10.517.450	11.345.970
Torrado (libras)	136.600	276.964	703.256	1.698.875
(sacas)	1.229	2.491	6.328	15.291

VALOR DAS IMPORTAÇÕES :
(verde) \$ 815.868.332 \$ 889.624.917 \$ 756.534.861 \$ 971.688.855

VALOR POR LIBRA :
..... 51.26 50.54 54.38 64.74

A COMPRA DO CAFÉ NA ÁREA DA PRODUÇÃO — DIRIGE-SE A S. R. B. AO SR. PRESIDENTE DO I. B. C. SOLICITANDO A EXECUÇÃO IMEDIATA DAQUELA MEDIDA

Pela Sociedade Rural Brasileira, foi enviado o seguinte ofício ao presidente do Instituto Brasileiro do Café, sr. Paulo Guzzo:

«Por deliberação unânime, a Diretoria da Sociedade Rural Brasileira, associação que mantém quase meio século de tradição de serviços prestados à cafeicultura, decidiu encarecer a Vossa Excelência a necessidade indispensável de operar o Instituto Brasileiro do Café como comprador na área da produção.

Essa medida, cuja execução a atual conjuntura comercial do nosso principal produto de exportação exige cada vez mais imperiosamente, é amparada pelo art. 3.º, n. 7, da Lei 1.779, de 22 de Dezembro de 1952, que a lista entre uma das principais iniciativas do Instituto para a defesa do preço junto ao café.

O pensamento da Sociedade Rural Brasileira, em relação à atual política de defesa do mercado cafeeiro, já está bem definido. Apoiou a elaboração, aplaudiu a estruturação e se botou em execução pela sua integral execução.

Da análise serena e objetiva da situação, convenceu-se a Sociedade Rural Brasileira que o mercado de café para a safra 1957/58 não permanecerá em níveis de preços estáveis e compensadores sem a intervenção de uma firme política oficial de defesa à base, sobretudo, de um sistema de preços mínimos em cruzeiros. Reconhece que o I.B.C. está executando com firmeza o plano cafeeiro. No entanto, as operações de compra nos portos, que constituem hoje a providência nuclear de defesa, não têm repercutido na área de produção onde, pelo menos em S. Paulo, mantém-se anêmico o mercado.

O testemunho mais eloquente dessa impenetrabilidade do interior à repercussão das medidas executadas nos portos de embarque se encontra na ativação de uma nova modalidade comercialização que consiste na compra de cafés diretamente do produtor a níveis de cotação bem inferiores aos do I.B.C., para a revenda com largos lucros à própria autarquia. Nessa operação não se pode deixar de ver sendo perigosa distorção na aplicação dos recursos destinados ao amparo da economia cafeeira.

A presença do I.B.C. nos pontos da produção, em caráter de emergência, é a solução mais aconselhável pela atual conjuntura de café e que representa uma aspiração hoje generalizada da cafeicultura brasileira. Ela cria, sem dúvida alguma, condições indispensáveis para o reforçamento da capacidade financeira do produtor, exercerá uma influência psicológica muito favorável, pois levará diretamente a ele a confiança na exequibilidade do plano cafeeiro e na disposição do governo de sua integral execução, além de proporcionar o armazenamento no interior garantia da melhor conservação do produto.

Apresentamos a V. Excia. os protestos de nossa elevada estima e alta consideração.